

LEGISLAÇÃO

AACS – Alta Autoridade para a Comunicação Social

Lei 43/98 – Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social

Acessibilidade

Portaria 83/82 – acompanhamento de cães guia a deficientes visuais

Decreto-Lei 327/95 – Estabelece o Regime Jurídico da Instalação e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos

Decreto-Lei 123/97 – Normas de Acessibilidade

Lei 38/98 – Estabelece medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestações de violência associadas ao Desporto (acesso de deficientes a recintos desportivos)

Resolução do Conselho de Ministros 97/99 – Regras de Acessibilidade para os Cidadãos com Necessidades Especiais aos Conteúdos dos Organismos Públicos na Internet

Decreto-Lei 118/99 – Acessibilidades dos Deficientes Visuais acompanhados dos cães guia

Resolução da Assembleia da República 82/2003 - Programa específico de favorecimento do acesso ao Parlamento e aos respectivos serviços pela parte de pessoas com deficiência ou incapacidade.

Lei 5/2004 – Lei das Comunicações Electrónicas

Decreto-Lei 7/2004 – Comércio Electrónico para Deficientes Visuais (transposição da Directiva 200/31/CE)

Ajudas Técnicas

Decreto-Lei 392/93 – Regula o licenciamento e a fiscalização do exercício da actividade das unidades privadas de saúde onde se prestam serviços no âmbito da hemodiálise em regime de ambulatório e domiciliário

Portaria 185/99 – Calçado Ortopédico

Despacho Conjunto 37/99 – Lista de Ajudas Técnicas à qual é aplicada taxa reduzida de IVA

Despacho Conjunto 217/99 – Valores para Ajudas Técnicas

Despacho Conjunto 1005/2003 – Valores para as Ajudas Técnicas

Despacho 24764/2003 – Ajudas Técnicas para Pessoas com Deficiência

Resolução 13/2004 – Telecomunicações para pessoas com deficiência (telefones de texto)

AEPD – Ano Europeu das Pessoas com Deficiência 2003

Despacho 24730/02 – Cria a Comissão Nacional de Coordenação do AEPD

Associativismo

Lei 123/99 – Apoio ao associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas

Lei 127/99 – Lei das Associações das Pessoas Portadoras de Deficiência

Cooperativas

Decreto-Lei 7/98 – Regras para as Cooperativas de Solidariedade Social

Estatuto do Dirigente Associativo

Lei 20/2004 – Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário

IPSS

Decreto-Lei 119/93 – Estatutos das IPSS

Decreto-Lei 89/85 – Revoga o artigo 32 do DL 119/83

Estatuto do Mecenato

Decreto-Lei 74/99 – Estatuto do Mecenato

Autarquias

Lei 159/99 – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais

Lei 169/99 – Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias

Lei 5-A/2002 – Alteração à Lei 169/99

Maternidade

Lei 4/84 – Protecção da Maternidade e da Paternidade

Lei 26/95 - Altera a Lei da Maternidade e da Paternidade

Decreto-Lei 136/85 – Regulamenta a Lei 4/84

Decreto-Lei 194/96 – altera a lei da maternidade

Lei 102/97 – Altera a Lei da Maternidade e da Paternidade

Lei 142/99 – Altera a Lei da Maternidade e da Paternidade

Lei 35/2004 – Regulamenta a Lei 99/2003, que aprovou o Código Trabalho

Decreto-Lei 77/2005 – alargamento da licença de maternidade por opção do trabalhador

Observatório da Deficiência

Lei 30/98 – Cria o Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência

CNRIPD – Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Decreto-Lei 225/97 – Cria o CNRIPD

Comunicação Social

Lei 21/92 – Transforma a RTP, EP, em Sociedade Anónima

Lei 31-A/98 – Aprova a Lei da Televisão

Lei 30/2003 – Aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão

Lei 32/2003 – Lei da Televisão (alterações)

Conselho Económico e Social

Lei 108/91 – Conselho Económico e Social

Decreto-Lei 90/92 – Regulamenta o Funcionamento do CES

Lei 80/98 - alteração à Lei do CES

Lei 128/99 – alteração à Lei do CES

Lei 37/2004 – Consagra o direito das associações de pessoas com deficiência de integrarem o CES e altera a Lei do CES

Deficientes das Forças Armadas

Decreto-Lei 43/76 – Reconhece o direito à reparação material e moral que assiste aos deficientes das forças armadas e institui medidas e meios que concorram para a sua plena integração na sociedade

Despacho Normativo 214/79 – Aprova o modelo de cartão de identificação destinado aos beneficiários da pensão de invalidez dos três ramos das forças armadas

Portaria 816/85 – aprova o modelo dos cartões dos deficientes das forças armadas

Decreto-Lei 314/90 – Grande Deficiente das Forças Armadas

Decreto-Lei 240/98 – Adota medidas que visam apoiar e facilitar a reintegração sócio-profissional de deficientes militares

Lei 46/99 – Apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra

Decreto-Lei 50/2000 – Cria a Rede Nacional de Apoio a Militares e ex-Militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica adquiridos durante a vida militar

Lei 9/2002 – Regime Jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma

Portaria 1033-HQ/2004 – Aprova o formulário de requerimento dos ex-combatentes emigrantes para efeitos de contagem do tempo do período de prestação de serviço militar para efeitos de reforma

Deficiência

Portaria 24/82 – Define deficiente motor

Desporto

Decreto Regulamentar 10/2001 – prevê medidas específicas no acesso das pessoas com deficiência a recintos desportivos

Decreto-Lei 125/95 – Regulamenta as medidas de apoio à prática desportiva de alta competição

Lei 16/2004 – Aprova medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestação de violência associadas ao desporto

Direito Penal

Lei 31/2004 – Adapta a legislação penal portuguesa ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional

Direitos de Autor

Lei 50/2004 – Transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva 2001/29/CE, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade de informação

Discriminação

Lei 134/99 – Proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica

Decreto-Lei 111/2000 – Regulamenta a Lei 134/99

Lei 18/2004 – Transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva 2000/43/CE, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica e tem por objectivo estabelecer um quadro jurídico para o combate à discriminação, baseada em motivos de origem racial ou étnica

Lei 46/2006 - Lei que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde

Decreto-Lei 34/2007 – regulamenta a lei 46/2006, que previne e proíbe as discriminações em razão da deficiência e de risco agravado de saúde

Educação

Decreto-Lei 35/90 – Regime de Gratuitidade da Escolaridade Obrigatória

Decreto-Lei 95/91 – Educação Física e Desporto Escolar

Decreto-Lei 189/92 – Regime de Acesso ao Ensino Superior

Decreto-Lei 140/93 – Orgânica da Inspeção Geral de Educação

Decreto-Lei 301/93 – Regime de matrícula e de frequência no ensino básico para as crianças e jovens em idade escolar

Decreto-Lei 512/99 – Crédito Bonificado para Estudantes Ensino Superior

Apoios Escolares

Decreto-Lei 35/90 – Ajudas Educativas

Decreto-Lei 133-B/97 – Compensação de Encargos Familiares

Portaria 51/2003 – estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos

Portaria 40/2004 – subsídio educação especial

Portaria 88/2004 – apoio ensino especial (escolas particulares)

Portaria 89/2004 - apoio ensino especial (associações e cooperativas)

Educação Sexual

Decreto-Lei 259/2000 – Educação Sexual

Resolução da Assembleia da República 28/2004 – Medidas de prevenção no âmbito da interrupção voluntária da gravidez

Ensino Especial

Lei 66/79 – Natureza, âmbito e objectivos da educação especial

Decreto-Lei 344/89 – Formação de Docentes para Ensino Especial

Decreto-Lei 319/91 – Regime Educativo dos alunos com necessidades educativas especiais

Decreto-Lei 95/97 – Cursos Formação do Ensino Especial

Decreto-Lei 3/2008 – Apoios Especializados

Emprego

Lei 99/2003 – Aprova o Código de Trabalho

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Decreto-Lei 141/95 - O presente diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 92/58/CE, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho

Lei 100/97 – Aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais

Lei 113/99 - Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais

Decreto-Lei 142/99 – Fundo Acidentes de Trabalho

Decreto-Lei 143/99 – reparação de danos emergentes dos acidentes de trabalho (regulamenta a Lei 100/97)

Decreto-Lei 503/99 – Regime Jurídico dos Acidentes de Serviço e Doenças Profissionais

Portaria 326/2004 – Receitas FAT (Fundo Acidentes de Trabalho) para 2004

Decreto-Lei 352/2007 – Tabela Nacional de Incapacidades

Formação Profissional

Despacho Normativo 140/93 - Regulamenta a formação profissional especial

Decreto Regulamentar 15/96 - Regula os apoios à formação, à inserção no mercado de trabalho, a estudos e a recursos didácticos a conceder no âmbito da vertente Fundo Social Europeu (FSE) do Quadro Comunitário de Apoio (QCA)

Função Pública

Decreto-Lei 167/80 – Aprova o Regime de Trabalho a Tempo Parcial

Decreto-Lei 497/88 – Regime de Férias Faltas e Licenças, funcionários da Função Pública

Decreto-Lei 100/99 – Férias Faltas e Licenças

Decreto-Lei 29/2001 – Quotas de Emprego

Medidas Promotoras de Emprego

Decreto-Lei 40/83 – Regime Emprego Protegido

Decreto-Lei 194/85 – Altera o Decreto-Lei 40/83

Decreto Regulamentar 37/85 – Emprego Protegido

Decreto-Lei 299/86 – Incentivos à Integração de Deficientes

Decreto-Lei 247/89 – Apoio Técnico e Financeiro do IEFP aos promotores dos programas relativos à reabilitação profissional das pessoas deficientes

Decreto-Lei 125/91 – Altera o Decreto-Lei 299/86

Despacho 138/92 – redução da taxa contributiva segurança social aos empregadores de cidadãos deficientes

Despacho Normativo 99/90 – Apoios aos empregadoras de pessoas com deficiência

Portaria 268/97 – Normas de Funcionamento dos Estágios Profissionais (IEFP)

Lei 31/98 – Incentivos ao emprego domiciliário de trabalhadores portadores de deficiência

Portaria 348-A/98 - Define o regime de apoios técnicos e financeiros às empresas de inserção, enquanto medida de política activa de emprego promovida pelo IEFP

Portaria 196-A/2001 – Regulamenta modalidades específicas de intervenção do programa de estímulo à oferta de emprego

Regulamentação do Trabalho

Decreto-Lei 347/98 – Assistência a filhos deficientes

Fiscalidade

Decreto-Lei 103-A/90 – Benefícios Fiscais

Decreto-Lei 259/93 – Altera o Decreto-Lei 103-A/90. Reformula o regime de benefícios fiscais aplicável na aquisição de veículos automóveis e cadeiras de rodas por deficientes.

IRS

Lei 16/2001 – Lei da Liberdade Religiosa (inclui artigos sobre isenção e desagravamento pela entrega de donativos

Portaria 80/2003 – isenções e desagravamentos pela entrega de donativos

IVA

Decreto-Lei 206/96 – alterações ao código do IVA

Veículos e Objectos

Decreto-Lei 143/78 - Regulamento do Imposto sobre Veículos

Decreto-Lei 235-D/83 – Estabelece as condições em que os deficientes motores podem adquirir benefícios de diversas isenções fiscais em triciclos, cadeiras de rodas e automóveis ligeiros de passageiros para uso próprio.

Decreto Regulamentar 25/92 – Estabelece as características que devem possuir os veículos adaptados ao acesso e transporte de deficientes para efeitos de redução do imposto automóvel

Habitação

Decreto Regulamentar 50/77 – Habitação Social

Decreto-Lei 230/80 – Condições de empréstimos para deficientes

Decreto – Lei 541/80 – Atribui condições especiais de crédito para aquisição ou construção de habitação própria aos deficientes

Decreto-Lei 77/89 – Transformação de contratos para propriedade individual

Decreto-Lei 234/95 – Condições de empréstimos para deficientes

Decreto-Lei 68/86 – Subsídio renda para deficientes

Decreto-Lei 98/86 – Juros aquisição de casa por deficientes

Decreto Lei 166/93 – Regime Renda Apoiada

Decreto-Lei 380/97 – Arrendamento de casas (Instituto Social das Forças Armadas)

Decreto-Lei 329 B/2000 – Altera do Regime de Arrendamento Urbano (altera o Decreto-Lei 321B/90)

Decreto-Lei 68/2004 – Direitos dos consumidores na aquisição de prédio urbano

Partidos Políticos

Lei Orgânica 2/2003 – Lei dos Partidos Políticos

Leis Eleitorais

Lei 14/79 – Lei Eleitoral para a Assembleia da República

Despacho Normativo 26/2004 – Eleições Parlamento Europeu

Leis de Bases

Lei 28/84 – Lei da Segurança Social

Lei 46/86 – Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei 9/89 – Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (revogada)

Lei 1/90 – Lei de Bases do Sistema Desportivo

Lei 48/90 – Lei de Bases da Saúde

Lei 32/2002 – Lei de Bases da Segurança Social

Lei 30/2004 – Lei de Bases do Desporto

Lei 38/2004 – Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência

Religião

Lei 16/2001 – Lei da Liberdade Religiosa

Saúde

Lei 1/89 – Subsídios Paramiloidose

Decreto Regulamentar 29/90 – Doentes de Paramiloidose Familiar

Decreto Regulamentar 42/91 - Paramiloidose

Decreto-Lei 391/91 – Acolhimento Familiar

Decreto-Lei 54/92 – Isenção de Taxas Moderadoras

Decreto-Lei 177/92 – Assistência Médica no Estrangeiro

Portaria 989/93 – Segurança e Saúde no Trabalho com equipamentos dotados de visor

Decreto-Lei 11/93 – Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde

Decreto-Lei 237/93 - HIV

Decreto-Lei 392/93 – Hemodiálise em regime ambulatorio e domiciliário

Despacho 25/95 - comparticipação a atribuir pelo Serviço Nacional de saúde aos utentes carenciados de sacos de ostomia

Lei 12/96 - colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana

Portaria 349/96 – Lista de Doenças Crónicas

Decreto-Lei 202/96 – Regime de Avaliação de Incapacidade

Decreto-Lei 174/97 – Altera a Lei da Saúde Mental

Lei 36/98 – Lei de Saúde Mental

Decreto-Lei 466/99 – Pensões Saúde

Portaria 764/99 – Normas para a aplicação do complemento por dependência

Decreto-Lei 281/2003 – Rede de Cuidados de Saúde Continuados

Decreto-Lei 309/2003 – Cria a Entidade Reguladora da Saúde

Resolução da Assembleia da República 13/2004 – Medidas de acesso a serviços de urgência a cidadãos portadores de deficiência

Portaria 103/2004 – Aprova a tabela das taxas moderadoras

Portaria 196/2004 – Regulamento do Sistema Nacional de Vigilância de Dispositivos Médicos

Portaria 265/2004 – Internato complementar

Portaria 1127/2004 – Autoriza o Conselho de Administração Regional de Saúde a aceitar a adesão da SCM de Vila Nova de Gaia, para prestação de serviços de diálise

Portaria 1474/2004 – Comparticipação do Estado nos Medicamentos

Decreto-Lei 90/2004 – Acesso a Medicamentos

Decreto-Lei 129/2005 – Altera o Decreto-Lei 118/92, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.

Decreto-Lei 377/2007 – Juntas Médicas

Portaria 1427/2007 – Dispensa ao domicílio de medicamentos não sujeitos a receita médica pedidos pela internet

Segurança Social

Decreto-Lei 498/72 – Estatuto de Aposentação

Decreto-Lei 43/76 – Integração do Deficiente na Sociedade

Decreto-Lei 160/80 – Esquema de prestações da Segurança Social

Decreto-Lei 464/80 – Pensão Social de Invalidez

Lei 4/85 – Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos

Decreto-Lei 29/89 – Subsídio Terceira Pessoa

Decreto-Lei 374/90 – Altera o Decreto-Lei 29/89 (subsídio terceira pessoa)

Despacho 130/91 - Redução da taxa contributiva segurança social empregadores de cidadãos com deficiência

Despacho 138/91 – Redução da taxa contributiva segurança social empregadores de cidadãos com deficiência

Decreto-Lei 391/91 – Acolhimento Familiar de Deficientes

Decreto-Lei 35/96 – Estabelece a Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Decreto-Lei 133-C/97 – Altera o Decreto-Lei 160/80 (Prestações Segurança Social a pessoas com deficiência)

Lei 100/99 – Regime de Férias, Faltas e Licenças

Decreto-Lei 265/99 – Nova Prestação Complementar

Portaria 20/99 – Montantes Prestações Encargos Familiares

Portaria 764/99 - Regime Jurídico do Complemento por Dependência

Decreto-Lei 279/2001 – Atribuições, competências e composição do Conselho Nacional de Solidariedade e Segurança Social

Decreto-Lei 18/2002 – estabelece os efeitos na pensão social de invalidez do exercício de actividade profissional e da frequência de acções de formação profissional por pessoas com

Lei 13/2003 – Revoga o Rendimento Mínimo Garantido e cria o Rendimento Social de Inserção

Despacho 18863/2003 – Competências da Secretária de Estado da Segurança Social

Portaria 105/2004 – Montantes dos apoios do Rendimento Social de Inserção

Portaria 108/2004 - Modelo de requerimento do Rendimento Social de Inserção
Decreto-Lei 28/2004 – Regime Jurídico Protecção Social Eventualidade Doença
Decreto-Lei 48/2004 – Cria o Conselho Nacional da Segurança Social
Decreto-Lei 171/2004 – Aprova a Orgânica do Ministério da Segurança Social e do Trabalho
Portaria 40/2004 – Subsídio Educação Especial
Portaria 337/2004 – Regime Jurídico de Protecção Social do Subsistema Previdencial da Segurança Social
Portaria 1030/2004 – Montantes das Prestações para a protecção de jovens e crianças com deficiência ou em situação de dependência

SNRIPD

Lei 6/71 – Promulga as bases relativas à reabilitação e integração social de indivíduos deficientes
Decreto-Lei 474/73 – Cria a Comissão Permanente de Reabilitação
Decreto-Lei 425/76 – Orgânica da Comissão Permanente de Reabilitação
Decreto-Lei 346/77 – Criação do Secretariado Nacional de Reabilitação
Decreto-Lei 355/82 – Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação
Decreto Regulamentar 56/97 – Extinção do Secretariado Nacional de Reabilitação e criação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Sociedade da Informação

Portaria 1354/2004 – Cria a Linha de Financiamento Inclusão Digital – Linha de Apoio Financeiro ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação

Transportes

Portaria 878/81 – Identificação de Veículos de Deficientes Motores
Portaria 464/82 – Características Técnicas dos Veículos Automóveis
Decreto Regulamentar 25/92 – Estabelece as características que devem possuir os veículos adaptados ao acesso e transporte de deficientes para efeitos de redução do imposto automóvel
Portaria 502/96 – Restrições Especiais de Condução
Portaria 849/94 – Uso do Cinto de Segurança
Decreto-Lei 209/98 – Aprova o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir
Decreto-Lei 251/98 – Regulamento o acesso à actividade e ao mercado dos transportes em taxi
Decreto-Lei 263/98 – Condições de Acesso e de Exercício da Profissão de Motorista de Taxi
Decreto-Lei 118/99 – Direito de Acessibilidade aos Deficientes Visuais acompanhados de Cães Guia a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público
Despacho Normativo 41/99 – Normas relativas ao financiamento aos transportes urbanos e locais de passageiros fora das áreas metropolitanas
Portaria 1147/2001 – Aprova o Regulamento do Transporte de Doentes
Lei 33/2004 – Colocação de Protecções nas guardas de segurança das vias de comunicação públicas, contemplando dos veículos de duas rodas

Decreto-Lei 58/2004 – Aprova o Regulamento sobre Disposições Especiais Aplicáveis aos Automóveis Pesados de Passageiros

Decreto-Lei 215/2004 – Aprova o Regulamento relativo à homologação de dispositivos para visão indirecta e de Veículos Equipados com estes Dispositivos

Aquisição de Viatura

Portaria 405/2000 – Valor das taxas a Cobrar pela Direcção Geral de Viação